



ATO NORMATIVO GAB-SEC. MUN. DE FINANÇAS Nº. 01/2021

“REGULAMENTA O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A RETENÇÃO DO ISSQN DAS EMPRESAS E PESSOAS FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS CONTRATADAS PELO MUNICÍPIO DE IPORÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Secretário Municipal de Finanças, Estado de Goiás, Sr. Anderson Leite S. Júnior, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Código Tributário Municipal de Iporá e da Lei Orgânica – a fim de regulamentar os procedimentos administrativos para o protocolo e pagamento das notas fiscais de serviços e mercadorias junto ao Município de Iporá.

Considerando que o Secretário de Finanças, poderá regulamentar por ato normativo, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, conforme artigo 9º da Lei Complementar nº 602/1989 - CTM;

Considerando que atualmente existem diversas empresas, pessoas jurídicas e físicas que prestam serviços ao Município de Iporá, e as notas emitidas por estes, estão em desconformidade com o recolhimento dos tributos municipais e bem como a descrição do local dos serviços;

RESOLVE:

Art.1º. A Secretaria de Finanças ao efetivar o pagamento das notas fiscais quanto serviços prestados por empresas ou por pessoas físicas, efetuará a retenção do ISSQN, nos termos do artigo 138, §1º do CTM, quando:

I - Por prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas com sede no Município de Iporá;

II - Por prestadores de serviços que não tiver domicílio no Município será devido a retenção, e assim a obrigação pelo pagamento do ISS em Iporá, quando ocorrer os seguintes serviços, em conformidade aos incisos I a XXV do artigo 3º da Lei Complementar 116/2003, citados no Anexo único.



Art.2º O Cálculo do Imposto ISSQN será com base no preço do serviço multiplicado pela alíquota 2,5%, conforme artigo 86 do CTM.

§1º. Caso a empresa seja enquadrada no Simples Nacional como ME ou EPP, esta deverá informar na nota fiscal de serviços a alíquota atual em que se encontra com base no seu faturamento.

§2º. Não sendo apresentada a alíquota ou descrita na nota fiscal, será aplicado a alíquota de 5% sobre o total do serviço.

Art.3º. Este ato normativo entra em vigor na data da sua publicação.

Iporá, aos 05 dias do mês de março de 2021.


Anderson Leite S. Júnior

Secretário Municipal de Finanças



ANEXO I

ITEM DA LISTA CTM	ATIVIDADES
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos.
7.04	Demolição
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres.
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.



11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social – PIS, do Programa de Formação do Patrimônio Público – PASEP, do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Fat e da Previdência Social.
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários